

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Assinatura da Concordata no Vaticano



Pag.7



Miguel Relvas no Parlamento

Pag.13



Deus Pinheiro em Campanha

Pag.14

Intervenção sobre o Emprego

Deputado Mário Patinha Antão
Assembleia da República, 28 de Maio de 2004



(...)
... todo o Governo que se preze deve fazer duas coisas.

Tornar as suas políticas activas promotoras de empregabilidade e de emprego, o mais eficazes e robustas, que for possível.

E prestar, com as suas políticas passivas, **todo o apoio social aos desempregados e suas famílias que for possível**.

Pelo seu lado, toda a Oposição que se preze deve fiscalizar tais políticas do Governo, tomando iniciativas para as melhorar.

Ou, no mínimo, ser capaz de as criticar, com fundamento, sem resvalar para a demagogia.

Este é o sentido ético e a substância deste debate.

(...)

O PS quer fazer crer que a consolidação orçamental, encetada em Abril de 2002, através da contenção da despesa pública dela decorrente, é geradora de desemprego.

Esta falácia vive, em 1º lugar, da ilusão de que o Estado é o principal responsável pela criação de emprego.

Ora, mais de 80% das pessoas têm o seu emprego na economia privada.

Assim, a variação do emprego total no nosso País depende quatro vezes mais da variação do emprego privado do que do emprego público.

Em 2º lugar, esta falácia vive da ilusão de que o volume de emprego público poderia continuar a aumentar, depois do mais despuorado crescimento de emprego artificial no sector público de que há memória no nosso País (20% de aumento, isto é, 120 mil novos empregos líquidos, entre 1996 e 2001).

Entre nós, os efeitos devastadores desta demagógica Política de Emprego do anterior governo socialista são ainda apenas do

conhecimento dos especialistas universitários.

A opinião publicada ainda não se interessou pelo assunto.

Mas já é tempo de se interessar.

Calcula-se que, pelo menos, 2/3 daquele aumento de emprego público era redundante e que o mesmo seria facilmente absorvido pelo sector privado então no cume da expansão.

A 1ª consequência deste erro foi a queda brutal da produtividade nacional.

A 2ª foi a elevação brusca dos custos de trabalho unitários no sector exportador.

A 3ª foi a necessária contenção de admissões na função pública nos anos subsequentes, isto é, em 2003 e 2004.

Tudo somado teremos, pelo menos, **uma destruição de 90 mil postos de trabalho sustentáveis**, inteiramente imputáveis a esta desastrosa política de emprego do PS (ou seja, teríamos hoje, não uma taxa de desemprego de 6,8% mas de 5,4%).

(...)

Deixemos pois a fotocópia e olhemos para o original – isto é, para a agenda de reformas futuras do Governo e dos resultados que dela se esperam.

(...)

Em 1º lugar, saudemos a novidade – o anúncio de que a **proposta de lei sobre a formação profissional chegará em breve a esta Câmara**, depois de consensualizada em sede de Concertação Social.

E em 2º lugar, sujeitemos a Oposição a um teste ácido de coerência.

Será que a Oposição não deseja que o País atinja de novo o pleno emprego ainda nesta década?

Será que não o deseja apenas porque este passou a ser o novo objectivo de médio prazo do Governo como, há dias, anunciou o ministro, dr. Marques Mendes?

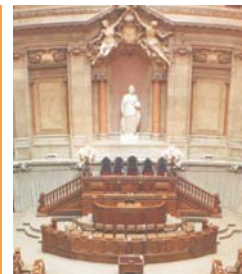
A Oposição quer o bem ou o mal do País?

Lanço, daqui, um repto à Oposição.

Promovam um novo debate como este, daqui a um ano.

E veremos de que lado está a razão e de que lado está a demagogia.

E deixemos que Séneca seja o árbitro, pois ele disse: A razão quer decidir o que é justo; a demagogia quer que achemos justo o que ela decidiu”.



O PSD propõe

A Conversa Fiada

Nada pode branquear ou relativizar as sevícias que ocorreram agora no Iraque, como nada pode branquear ou relativizar as que ocorreram em Portugal há 30 anos. Lembrá-las aviva a memória e responsabiliza tanto quem tenha tido a ver com tais situações, como quem procurou ou procura ainda fazê-las esquecer, isto é, branqueá-las.

Vasco Graça Moura,
Público, 26/05/04

Vistos de fora

A Europa faz bem a Portugal! Podemos afirmar que, embora as razões iniciais da adesão tenham sido essencialmente de ordem política, as consequências mais profundas fazem-se sentir no campo económico.

António Malheiro,
Diário Económico, 26/05/04

Podem hoje as democracias conduzir uma guerra? (3)

O Iraque detinha também armas de destruição maciça ou capacidade de as fabricar e mostrara, no passado, quer contra os iraquianos, quer contra os curdos, vontade de as usar.

Pacheco Pereira,
Público, 26/05/04

É mesmo preciso um pacto a sério

Em órgãos de soberania, o líder de um partido chamar cobarde ao Primeiro Ministro? Aonde é que isto chegou?

Pedro Santana Lopes,
Diário de Notícias, 27/05/04

São sempre os ordenados!!!

Há um tempo de decisão, que não pode gerar precipitações, do mesmo modo que há um tempo que não se pode alhear das motivações concretas das soluções a implantar.

Jorge Bacelar Gouveia,
Diário Económico, 28/05/04



Intervenção sobre biossegurança

Deputado Massano Cardoso

Assembleia da República, 27 de Maio de 2004



(...)

Não será estultice afirmar que **o maior desejo do homem é preservar ou alcançar um óptimo estado de saúde**, o qual constitui uma das poucas constantes da humanidade.

(...)

Falar de biossegurança constitui o paradigma da preocupação humana face ao mundo construído por si. A consciência de que a vida não é possível sem

riscos e sem agressões está presente no dia a dia. Importa estabelecer níveis aceitáveis que, invariavelmente, sofrem actualizações frequentes face às consequências para a saúde que entretanto são conhecidas.

(...)

A vida é um risco e a doença uma fatalidade, a qual em determinadas circunstâncias pode ser evitada ou adiada, já que não é possível erradicá-la, porque, citando George Rosen, *a doença é mais antiga que o homem, é tão antiga como a vida, porque é um atributo da própria vida*. De qualquer modo, compete-nos definir o enquadramento mais adequado a uma vida saudável e ecologicamente estável.

O diploma que estamos a discutir prende-se com a necessidade da criação de um Conselho Nacional de Biossegurança apresentado pelo partido “Os Verdes”.

(...)

Apesar da concordância com alguns dos pressupostos do preâmbulo, verificamos que as competências a atribuir ao Conselho Nacional de Biossegurança abrange uma grande diversidade de aspectos que vão desde a *análise de modo sistemático dos problemas, riscos e perigos para a saúde humana ou para o meio ambiente, bem como as implicações éticas, sócio-económicas e de sustentabilidade*

levantadas pela aplicação dos progressos científicos nos diferentes domínios, os quais como se compreende são muito complexos e variados. Competiria a este conselho, inclusive, *pronunciar-se sobre as alternativas de menor risco ou perigo*, assim como *pronunciar-se sobre pedidos de licenciamento para a utilização confinada e a libertação no ambiente dos organismos geneticamente modificados*.

Sem sombra de dúvida estas competências exigiriam dos seus membros conhecimentos e capacidades muito diferenciadas e especializadas.

Neste momento, o nosso país, dispõe de instituições e organismos capazes de responder e equacionar estes problemas.

(...)

Talvez, fosse mais aconselhável e útil não a criação de um Conselho Nacional de Biossegurança, mas sim a criação de comissões técnicas especializadas em biossegurança aproveitando as diferentes estruturas já existentes dando-lhes um enquadramento adequado.

(...)

...as organizações existentes são suficientes para responder aos desafios da biotecnociência, não só no âmbito da bioética, como também da biossegurança.

Intervenção sobre a “Orientação da Despesa Pública”

Deputada Graça Proença de Carvalho

Assembleia da República, 26 de Maio de 2004



(...)

...a análise da execução orçamental até à presente data e a avaliação da orientação da despesa pública numa óptica de médio prazo – podemos constatar que as críticas do ano passado já não se fazem ouvir. Esperemos que não seja por esmorecimento do combate político, mas sim pela sua falta de razoabilidade.

O Relatório apresentado pelo Governo não só **cumprir os preceitos da Lei de Enquadramento Orçamental** como mantém a tónica na opção tomada por este Governo desde o início – uma estratégia prioritária de consolidação orçamental com vista à obtenção e preservação do equilíbrio e sustentabilidade das contas públicas.

Uma estratégia assente numa política de reformas nas áreas da saúde, educação, administração pública e segurança social fundamental para a urgente racionalização dos recursos públicos e que permita melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Uma política centrada na contenção da despesa pública para acabar com os desperdícios do Estado, situação que se foi degradando ao longo do tempo e que até recentemente nenhum Governo teve a coragem de a encetar.

Mas este Governo, ainda que em condições adversas do ciclo económico nacional e internacional, encetou este processo com coragem e determinação, sem esmorecer mesmo quando os resultados tardaram em aparecer.

O caminho da consolidação orçamental está traçado e, ao contrário, do que soa aos cidadãos

do nosso país, já existem resultados muito positivos, como por exemplo, as reduções significativas das taxas de crescimento das despesas com pessoal, uma das componentes mais relevante do consumo público. (+7,8% 02 -2,6% 03)

(...)

Do ponto de vista da trajectória das Finanças Públicas e da orientação da despesa no médio prazo, o relatório elaborado pelo Ministério das Finanças apresenta, de uma forma séria e prudente os objectivos antes definidos no Programa de Estabilidade e Crescimento para os anos de 2004 a 2007, sem deixar de referir os diversos riscos inerentes à conjuntura económica, mas também, sem incorporar os impactos positivos das reformas estruturais em curso.

O processo de consolidação orçamental está em curso no sentido do equilíbrio das contas públicas contribuindo para o reforço da confiança dos agentes económicos o que se repercutirá numa maior competitividade da economia e consequente crescimento económico salutar.

(...)



Intervenção sobre o Emprego

Deputado Francisco José Martins

Assembleia da República, 28 de Maio de 2004



elevado nível de emprego com a necessidade de responder aos desafios da qualidade, da competitividade e da inovação tecnológica.

Decorridos dois anos e a meio desta IX Legislatura, o balanço da acção desenvolvida pelo Governo é manifestamente positivo no cumprimento dos seus objectivos.

(...)

Consideramos que os **recursos humanos são o bem mais nobre do País** e, por conseguinte, apostar na qualificação desses recursos é aumentar a riqueza do País.

Mais, decorridos dois anos e num contexto de intenso e eficaz diálogo social, onde não faltou a participação da sociedade civil, foi aprovado o novo Código do Trabalho e, há cerca de uma semana atrás, o diploma com a sua regulamentação, com isso criando um quadro normativo moderno das relações de trabalho, conforme com a lei fundamental e com os desafios do País enquanto membro da União Europeia.

(...)

A forte aposta na qualificação dos recursos humanos, pressuposto da melhoria da qualidade do emprego exige, e esse tem sido o caminho percorrido pelo Governo, uma particular atenção à formação profissional permanente e ao combate às situações de inadequação tecnológica.

Por isso, felicitamos o Governo pela apresentação de uma Proposta de Lei para a Formação Profissional, ao mesmo tempo que saudamos as inovações dadas pelo Código do Trabalho e respectiva regulamentação, ao estabelecer, nomeadamente:

- o direito individual de cada trabalhador à formação certificada e em número de 20 horas anuais, que serão 35 a partir de 2006;

- e a exigência para as Empresas de um Plano de Formação e de um Relatório Anual de Formação contínua.

Por outro lado, a acção do Governo ao nível legislativo e intervenção no terreno, tem já expressão notória no que às condições de protecção do trabalho diz respeito.

A atenção dada à **segurança no trabalho no Código do Trabalho e diploma que o regulamenta acentuam a aposta numa desejável cultura de segurança**, com isso significando o respeito pelos recursos humanos e seus direitos constitucionais, visando a melhoria dos níveis de produtividade nas empresas.

A consagração das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho, com a planificação e organização de riscos profissionais, a informação, formação, consulta e

participação dos trabalhadores e seus representantes, com relevo para a aposta na prevenção, significa bem uma visão moderna das relações de trabalho conformes com o espaço europeu em que nos integramos.

Importa aqui e agora sublinhar a acção do Governo nestes dois anos quanto ao reforço e fiscalização das condições do trabalho, em particular, pela intervenção e fiscalização desenvolvidas pela Inspeção Geral do Trabalho.

(...)

Neste debate sobre política de emprego em Portugal, o Partido Social Democrata quer deixar nota da sua satisfação pela acção concreta, responsável e eficaz desenvolvida pelo Governo apoiado pelo PSD e PP, nestes dois anos de mandato, no que concerne à **melhoria da qualidade do emprego e das condições de protecção do trabalhador**, acentuando a importância dada à qualificação dos recursos humanos, com isso respondendo a um desafio da qualidade, da competitividade e da inovação tecnológica que o País exige.

Cremos que este é o rumo certo para Portugal.

(...)

(...)

Em 16 de Abril de 2002 o Governo apresentou e esta Assembleia da República aprovou o Programa do XV Governo Constitucional.

Em matéria de política de trabalho e emprego, foram traçados três objectivos essenciais para a acção do Governo:

- a melhoria da qualidade do emprego e das condições de prestação do trabalho;

- a adequação da legislação laboral às novas necessidades de organização do trabalho e ao reforço da produtividade e da competitividade da economia nacional;

- A conciliação do objectivo de um

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

TABELA DE ASSINATURAS		BOLETIM DE ASSINATURA	
Continente	Regiões Autónomas	PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 21 39521 40	
6 meses.....16,21€	6 meses.....22,45 €	Nome: _____	
12 meses.....29,93€	12 meses.....38,91 €	Morada: _____	
Apoio.....59,86€		Freguesia: _____	
Estrangeiro	semestral	anual	Cód. Postal: _____ Localidade: _____
Espanha.....22,45 €38,91 €	Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....29,93 €64,84 €	Militante nº _____
Outros Países.....59,86 €94,77 €	Junto envio cheque nº: _____
			Segue Vale correio nº: _____
			Junto numerário no valor de: _____
			<i>Assinatura</i>

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de dia 27, na Presidência do Conselho, aprovou 14 diplomas, dos quais o primeiro foi uma Proposta de Lei que autoriza o Governo a legislar sobre as condições de recrutamento e de acesso aos quadros de pessoal das salas de jogos dos casinos.

A aprovação desta proposta de Lei torna-se necessária em virtude de o Acórdão n.º 197/2000, do Tribunal Constitucional, ter declarado a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, de um conjunto de competências instrumentais ligadas à passagem de carteiras profissionais pelo Sindicato dos Profissionais de Banca nos Casinos, designadamente, no que concerne ao processo de avaliação que viabiliza o acesso à profissão de “empregado de banca dos casinos”

O diploma agora aprovado pelo Governo visa, pois, suprir a situação de vazio normativo existente que resulta daquela declaração de inconstitucionalidade, na medida em que, não tendo sido abolida, continua a ser necessária a carteira profissional para o exercício da profissão em causa, tendo, por outro lado, deixado de estar regulamentada a forma como se realizam os exames que habilitam os candidatos à posse daquele documento.

Região de Turismo da Serra da Estrela

Um Decreto-Lei aprova a redução da área da Região de Turismo da Serra da Estrela.

Com efeito, através dos órgãos autárquicos competentes, o município do Fundão deliberou deixar de integrar a Região de Turismo da Serra da Estrela. O presente diploma adapta, assim, a área da referida Região de Turismo à nova realidade decorrente da saída daquele município.

Impostos Especiais de Consumo

Um Decreto-Lei altera o Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de Dezembro.

O Código dos Impostos Especiais de Consumo, apesar de se poder considerar um importante marco de sistematização e consolidação da legislação, carece de algumas alterações que permitam mais eficazmente combater a evasão e a fraude fiscal nestes impostos, nomeadamente, através do controlo das declarações.

Assim, o presente diploma tem o objectivo de criar condições que permitam o cumprimento das obrigações declarativas por meios electrónicos e, consequentemente, um melhor controlo susceptível de combater mais eficazmente a evasão e fraude em determinados domínios.

Mandatos dos membros das juntas de freguesias

Outra Proposta de Lei irá alterar, pela terceira vez, a Lei n.º 11/96, de 18 de Abril, que estabelece o regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesias.

Esta Proposta de Lei consagra a natureza de ajuda de custo para a compensação mensal com os encargos a que os presidentes, tesoureiros e secretários das juntas de freguesia, que não exerçam os referidos mandatos em regime de permanência, têm direito, eliminando as dúvidas existentes no âmbito da sua tributação para efeitos do imposto sobre os rendimentos das pessoas singulares (IRS).

Sistema Nacional de Gestão de Crises

Por Decreto-Lei é criado o Sistema Nacional de Gestão de Crises (SNGC).

O desenvolvimento tecnológico, industrial e urbano, que caracteriza a sociedade moderna e que tem proporcionado maiores níveis de bem-estar no mundo actual, coexiste com a proliferação de conflitos e de factores de desagregação das sociedades e dos Estados, que fazem perigar os interesses nacionais, levantam novos problemas e constituem importantes desafios que terão de ser enfrentados.

Os actuais riscos e ameaças expressam-se sob novas formas, de onde se destacam as acções de natureza terrorista e a utilização de agentes de destruição maciça.

O aumento de acidentes graves, de conflitos armados, de situações de fome, de doenças epidémicas, de catástrofes e de outras calamidades, abrangendo vastas áreas populacionais, constitui uma realidade marcante.

Estas realidades são acentuadas pela globalização, que permite que a difusão e o acesso à informação se faça em tempo real e que qualquer alteração que ocorra em determinado ponto do planeta seja passível de se repercutir, de imediato, em regiões bem distantes.

Estamos perante efeitos multiplicadores que podem propiciar e gerar situações de crise e, em casos extremos, de guerra, tornando cada vez mais notória a

necessidade de um sistema de gestão de crises que permita, com elevada prontidão, fazer face a cenários, mais ou menos imprevisíveis, difusos e de contornos pouco claros, que poderão afectar a Comunidade Nacional.

Situando-se a crise entre a paz e a normalidade e o estado de sítio e o estado de emergência, impõe-se criar uma estrutura que, de uma forma interactiva e transversal, abranja todas as componentes necessárias à gestão de crises, independentemente da sua natureza. É esse o objectivo deste diploma.

Alienação de parte do capital social das OGMA

Uma Resolução do Conselho aprova a alienação de parte do capital social das OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. e estabelece as suas condições gerais.

Esta Resolução regula as condições da alienação do lote de acções representativas, de um mínimo de 35 % e um máximo de 65%, do capital social da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A., detidas pela EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) S.A.

A Lei n.º 2020, de 19 de Março de 1947, atribuiu às Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) o estatuto de estabelecimento fabril. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 42/94, as OGMA converteram-se de estabelecimento fabril militar em pessoa colectiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo passado a denominar-se OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A..

Muito recentemente, por força das alterações ao Decreto-Lei n.º 42/94, operadas pelo Decreto-Lei n.º 99/2004, as acções da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. passaram a poder ser detidas pelo Estado e por entes públicos, bem como por entidades privadas. A par desta alteração, o Decreto-Lei n.º 99/2004 eliminou outros entraves à privatização da empresa.

Estão, deste modo, criadas as condições legais que permitem ao Governo, com escrupulosa e integral observância dos princípios da publicidade e da transparência, aprovar a alienação de uma percentagem do capital social da OGMA, S.A. a entidades privadas, mediante o estabelecimento das regras e princípios fundamentais a que deve obedecer a referida alienação.

Tais regras e princípios passam, fundamentalmente, pelo desenvolvimento da capacidade industrial das OGMA, S.A., num contexto de reforço da internacionalização da empresa, com respeito do interesse económico geral da respectiva actividade, no âmbito da Defesa Nacional.

Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Ainda por Resolução do Conselho é autorizada a realização da despesa inerente ao contrato celebrado, em 19 de Maio de 2004, com a Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e ratificada a celebração do respectivo contrato.

Aposentação antecipada dos trabalhadores da Radiodifusão Portuguesa

Um Decreto-Lei estabelece o regime da aposentação antecipada dos trabalhadores da Radiodifusão Portuguesa, S.A., que sejam subscritores da Caixa Geral de Aposentações.

O redimensionamento do quadro de pessoal da Radiodifusão Portuguesa, S.A. (RDP), revela-se indispensável ao incremento dos níveis de produtividade, à optimização de recursos e à maximização da racionalização de custos daquela empresa.

Estabelece-se, assim, transitoriamente, um regime de aposentação antecipada que permite aos seus trabalhadores, que sejam subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA), requererem a aposentação, ao abrigo do disposto no artigo 37.º-A do Estatuto da Aposentação, desde que, incluindo a bonificação prevista no projecto, contem, pelo menos, 36 anos de serviço e haja prévia concordância nesse sentido do conselho de administração da RDP ou da empresa que lhe suceder, fundamentada na inexistência de prejuízo para o serviço.

A neutralidade financeira da medida é garantida pela obrigação de a RDP entregar, de uma só vez, até ao último dia do mês em que seja publicada no Diário da República, o valor da pensão de cada subscritor aposentado, uma importância, determinada por cálculo actuarial, correspondente aos encargos com a respectiva pensão de aposentação e às quotas do subscritor e contribuição da entidade empregadora, determinadas com base na remuneração considerada no seu cálculo, até ao limite da bonificação do tempo de serviço, pagas e vencidas, respectivamente, até à data em que o aposentado atingiria 36 anos de serviço, se se mantivesse no activo.

Conselho de Ministros

Alteração da orgânica do Governo

Um Decreto-Lei altera a orgânica do XV Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 120/2002, de 3 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 119/2003, de 17 de Junho, e 20/2004, de 22 de Janeiro.

Modificações ao SIS e SIEDM

Foi aprovada uma Proposta de Lei que altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa.

V Centenário do nascimento de S. Francisco Xavier

Por resolução do Conselho de Ministros é criada, na dependência do Ministro da Cultura, uma estrutura de missão denominada “Comissariado-Geral responsável pelas comemorações do V Centenário do nascimento de S. Francisco Xavier”. Para além da criação da referida estrutura de missão o Governo decidiu ainda nomear como Comissária-Geral das comemorações a Prof.ª Natália Correia Guedes.

Introdução no mercado de medicamentos veterinários

Um Decreto-Lei aprova o regime jurídico aplicável às alterações dos termos das autorizações de introdução no mercado de medicamentos veterinários farmacológicos concedidas ao abrigo de procedimentos não abrangidos pelo ordenamento jurídico comunitário e a sua tipologia, bem como os pressupostos necessários à sua autorização.

O presente Decreto-Lei foi aprovado, visando a harmonização com os procedimentos instituídos a nível europeu, a simplificação dos procedimentos e a optimização do desempenho do INFARMED e da Direcção-Geral de Veterinária.

“Ponte da Amizade”

Outra Resolução do Conselho atribui à nova ponte internacional sobre o rio Minho, em Vila Nova de Cerveira, a denominação de “Ponte da Amizade”.

Considerando a necessidade de se proceder à identificação da nova ponte internacional de ligação entre Portugal e Espanha, tendo como elemento de referência a ligação entre os dois países e os dois povos, bem como o valor simbólico e o espírito de união entre as regiões do norte litoral de Portugal e a Galiza, foi atribuído o nome de “Ponte da Amizade”, que mereceu a concordância da Junta da Galiza.

Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de Maio, que aprova o regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

O Governo julgou oportuno proceder à criação de juízos de execução, unidades orgânicas previstas na Lei Orgânica e de Funcionamento dos Tribunais Judiciais, com competência para exercer, no âmbito do processo executivo, as competências previstas no Código Processo Civil, assegurando-se, deste modo, a necessária especialização da intervenção judicial e de rentabilização do serviço através da concentração do mesmo.

A adopção desta medida permite uma maior disponibilidade dos tribunais para as acções declarativas, traduzindo-se, conseqüentemente, numa maior celeridade da Administração da Justiça.

O resultado expectável é o de que, a prazo de dois ou três anos, a pendência média total das secções cíveis de Lisboa e do Porto seja drasticamente reduzida, permitindo uma assinalável contracção do tempo médio de tramitação processual, por via da comissão da tramitação das acções executivas a juízos especializados e da redistribuição gradual do serviço entre todas as secções cíveis de processo remanescentes.

A ponderação das aludidas razões e a constatação de que os juízos cíveis das comarcas de Lisboa e Porto são já, na prática, juízos de execução, justifica a criação de 3 juízos de execução em Lisboa e dois juízos de execução no Porto, procedendo-se à redistribuição, pelos juízos de execução, dos processos executivos já instaurados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 38/2003.

No tocante ao resto do país, e considerados os dados estatísticos das pendências e do número de acções executivas entradas ao abrigo do novo regime, concluiu-se pela necessidade da criação, para já, de juízos de execução em Guimarães, Loures, Maia, Sintra e Oeiras, sem prejuízo de, no futuro, se afigurar necessária a criação de mais juízos de execução noutras comarcas. – Fonte: Portal do Governo

O Ministro da Presidência esclarece aspectos da reorganização dos Serviços de Informação e da criação

do Sistema Nacional de Gestão de Crises

O ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, falando à comunicação social no fim do Conselho de Ministros, esclareceu algumas das medidas tomadas no plenário governamental, nomeadamente quanto a reestruturação do Sistema de Informações da República, que continuará dividido em dois serviços, mas passará a ter um secretário-geral comum na dependência directa do Primeiro-Ministro.

Na proposta de lei que altera a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, hoje aprovada em Conselho de Ministros, o Governo estipula que se mantenha a autonomia dos Serviços de Informações de Segurança (SIS) e do anterior SIEDM - Serviços de Informações Estratégicas e de Defesa Militar -, ao qual é agora retirada a componente militar.

“Sem alterar a operacionalidade dos serviços, passa a existir um responsável superior [aos respectivos directores do SIS e SIED] que garante uma efectiva coordenação do trabalho dos dois serviços”, afirmou o Ministro da Presidência.

O secretário-geral dos Serviços de Informações da República será equiparado a secretário de Estado e funcionará directamente na dependência do Primeiro-Ministro, que deixará de delegar competências em outros ministros, como sucedia até aqui.

Questionado pelos jornalistas, Nuno Morais Sarmento adiantou que o secretário-geral do Sistema de Informações da República será nomeado “o mais breve possível”, já que esta proposta de lei terá ainda de ser aprovada pela Assembleia da República.

Apesar de o diploma não o referir, “o espírito da proposta da lei” implica que o secretário-geral a designar pelo primeiro-ministro não acumule funções com a direcção do SIS ou do SIED.

Morais Sarmento sublinhou ainda que esta proposta foi desenvolvida através de “um consenso alargado com o maior partido da oposição”, o PS.

Por outro lado, a produção de informações militares “sai” da alçada do anterior SIEDM e passa para a exclusiva responsabilidade das Forças Armadas, estando também sujeita ao escrutínio da Assembleia da República.

“A produção de informações militares não tem de escapar ao controlo de fiscalização democrático, assim esteja ele operativo”, sublinhou o ministro, que afirmou esperar que «A aprovação deste diploma se consigam encontrar soluções consensuais. Não faz sentido que seja possível um consenso para a lei-quadro e não para a fiscalização». De acordo com o ministro da Presidência, a proposta hoje aprovada em Conselho de Ministros “assegura a presença de deputados no Conselho Superior de Informações e reforça as relações entre o Parlamento e o Conselho de Fiscalização”.

Também sobre a criação do Sistema Nacional de Gestão de Crises, Morais Sarmento esclareceu que se trata de um órgão não permanente, activado por decisão do Primeiro-Ministro e vocacionado para articular vários sectores do Estado em situações de crise.

“Este é um passo importante em termos de segurança e defesa, há muito que o Estado tentava encontrar uma solução nesta área”.

O Sistema Nacional de Gestão de Crises “é uma estrutura flexível e adaptável às situações de gestão de crises, que permite uma resposta rápida e a necessária articulação entre diferentes sectores do Estado”.

“Trata-se de um sistema de apoio à decisão, não é um órgão permanente e é activável quando o Primeiro-Ministro o entender”.

Este sistema integra um gabinete de crise, um grupo de apoio e um sistema de informação ao público. “Não é, em democracia, concebível uma gestão de crise competente e eficiente sem esclarecimentos à opinião pública”, frisou o Ministro lembrando que esta estrutura teria sido útil, por exemplo, na gestão da crise ambiental provocada pelo navio Prestige.

No gabinete de crise, presidido pelo Primeiro-Ministro, terão assento os ministros das Finanças, da Defesa, dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna e da Justiça, bem como outros ministros que o chefe do Executivo entender em cada situação.

Do gabinete de crise fará igualmente parte o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e o futuro secretário-geral do Sistema de Informações da República, bem como os futuros representantes da República e os presidentes dos Governos regionais que poderão também integrar este gabinete de crise, quando a situação abranger territorialmente os territórios que representam.

O grupo de apoio a este gabinete de crise vai ser constituído por peritos e técnicos e pelas entidades presentes no Conselho Nacional de Planeamento de Saúde de Emergência.

Este grupo de apoio está vocacionado para a produção de informação e de propostas de acção, fazendo ainda a ligação a instrumentos internacionais. O Sistema Nacional de Gestão de Crises vai estar operacional imediatamente após a publicação em Diário da República deste decreto-lei. – Fonte - Lusa

Durão Barroso assinou, no Vaticano a Concordata com a Santa Sé



No dia 18 de Maio, foi assinado no Vaticano um instrumento diplomático entre Portugal e a Santa Sé, de extraordinária importância diplomática e religiosa, a nova Concordata que passa a regular as relações entre o Estado Português e o Vaticano.

Na cerimónia de assinatura, que decorreu na Sala Régia e na qual esteve presente em representação de Portugal, o próprio Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Angelo Sodano, salientou “o significado histórico” do acordo, que considerou um “instrumento idóneo e eficaz” e se “propõe reforçar os laços históricos e consolidar as actividades da Igreja Católica em Portugal, em benefício dos fiéis”.

“Há 64 anos (data da última Concordata), fizeram-se votos de que a assinatura da Concordata pudesse marcar o início de uma época de colaboração. Hoje, não se trata de começar, mas de continuar esse caminho”, afirmou o Cardeal Sodano, na cerimónia.

O Primeiro-Ministro português evocou “o momento histórico” que constitui a assinatura deste acordo, salientando a importância de se realizar no dia do aniversário do Papa João Paulo II - “grande personalidade mundial e batalhador incansável pela paz” - e próximo dos 825 anos da bula papal Manifestus Probatum, concedida em 1179 pelo Papa Alexandre III, que reconheceu a independência de Portugal.

Durão Barroso definiu a nova Concordata como o resultado de um “processo rigoroso e de respeito mútuo”, “onde fica reconhecido o papel singular da Igreja católica, compatível com o

direito português, e com vocação de longevidade”.

O Primeiro-Ministro português manifestou-se ainda “seguro” de que o documento irá colhar “o apoio da sociedade portuguesa no seu conjunto”.

Visita ao Papa, no seu 84º aniversário

Além da cerimónia da assinatura da Concordata, o Papa João Paulo II fez questão de

receber Durão Barroso, com quem conversou mais de 15 minutos em privado, na Biblioteca Pontifícia, recebendo do chefe do Governo português um registo do Senhor Santo Cristo dos Milagres, dos Açores, e uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, da fábrica de porcelana Vista Alegre.

O papa recebeu também a delegação portuguesa alargada, que lhe cantou os “Parabéns”, em português, pois era o dia do seu aniversário – o Papa fez 84 anos – tendo João Paulo II agradecido, com um largo sorriso.

A Durão Barroso, o Papa fez votos de que a nova Concordata “favoreça um entendimento sempre melhor” entre o Estado português e a Igreja, para “o bem da nação” portuguesa.

“Enquanto exprimo o meu profundo apreço pela atenção que o governo e a Assembleia da República portuguesa demonstram em relação à missão da Igreja, culminada na hodierna assinatura, faço votos para que a nova Concordata favoreça um entendimento sempre melhor entre as autoridades do Estado e os pastores da Igreja”, afirmou João Paulo II, sempre falando em Português.

O Papa considerou ainda que a nova Concordata, que rege as relações entre o Estado português e o Vaticano, “confirma os sentimentos de consideração recíproca que animam as relações entre a Santa Sé e Portugal”, concluindo o encontro, na Sala Clementina do Vaticano, com uma bênção aos presentes, às famílias e a todo o povo português e cumprimentou pessoalmente cada elemento da delegação.

- Fonte e fotos: Lusa



Notícias dos Açores

A «Coligação Açores» lutará para conseguir um aumento da quota leiteira regional



A coligação «Açores» já está a preparar uma base de argumentação técnica e científica para conseguir assegurar mais quota leiteira para a Região Autónoma dos Açores na primeira oportunidade negocial com a União Europeia. Este anúncio foi feito ontem à noite, na Lomba da Maia, pelo líder da coligação, Victor Cruz, num encontro que reuniu mais de uma centena de lavradores da zona nascente do concelho da Ribeira Grande.

Victor Cruz garantiu que o futuro Governo Regional “não vai desistir de lutar pelo aumento da quota leiteira, com um trabalho de casa atempadamente bem feito, ao contrário do que tem acontecido com a actual governação socialista”. O líder social-democrata recordou, a propósito, que no ano 2000 “perdeu-se uma oportunidade histórica” para aumentar a quota leiteira, com a reforma da Política Agrícola Comum, concluindo que “o governo do PS nada conseguiu quando era tudo mais fácil”.

Para o candidato a Presidente do Governo Regional, “na Agricultura, como em todos os sectores, é preciso uma política de verdade”, pois “não vale a pena mentir aos açorianos”. Na sua opinião, “a política de um governo não se mede pela propaganda”. O Partido Socialista, em 1996, prometeu milhões para a agricultura. Na hora do balanço, prosseguiu, “o que importa não é saber quanto se gastou, mas como se investiu”.

Victor Cruz considerou que o Governo Regional do PS “falhou na sua política agrícola”. “Uma boa política agrícola não é a que gasta mais dinheiro, mas a que aumenta o rendimento dos agricultores”, explicou. “Infelizmente, os nossos agricultores estão a perder rendimentos e deparam-se ainda com outra dificuldade: quando um governo promete milhões e concede tostões, está criando um problema de credibilidade aos próprios lavradores, que ficam com a fama de receber mais do que efectivamente recebem”, disse.

O líder da coligação aproveitou ainda para denunciar “atrasos inadmissíveis” no processo de atribuição de apoios à agricultura: “tem acontecido que só três ou quatro anos depois da apresentação das candidaturas é que chega a resposta sobre a viabilidade do projecto”. Victor Cruz considerou que “uma boa governação não cria falsas expectativas”, e por isso, garantiu que a “Coligação Açores” vai “definir critérios, falar verdade e combater a burocracia”.

Um futuro governo da responsabilidade da coligação, “aposta na valorização do meio rural para dinamizar a actividade económica e criar oportunidades de fixação da juventude”, afirmou ainda Victor Cruz, considerando que a agricultura tem um “papel essencial” nos Açores. A agricultura “permite ocupar e tratar a nossa terra, é amiga do ambiente e assume uma importância decisiva no desenvolvimento económico do mundo rural”, disse.

O encontro de Victor Cruz com os lavradores das freguesias de Porto Formoso, S. Brás, Maia, Lomba da Maia e Fenais da Luz, numa das mais importantes bacias leiteiras dos Açores, contou também com a presença dos presidentes das comissões políticas dos partidos coligados do concelho da Ribeira Grande, respectivamente, Filomeno Gouveia e Hermano Mota. Os dirigentes social-democratas, António Almeida e Luís Henrique Sequeira de Medeiros participaram igualmente no debate com os lavradores sobre a situação actual e perspectivas futuras da agricultura açoriana,

Nos Valados: “Coligação Açores” vai ajudar cooperativas da Ilha de São Jorge.

A “Coligação Açores” vai estudar e resolver o “grave problema” do saneamento financeiro das cooperativas agrícolas da Ilha de S. Jorge. Este compromisso foi assumido ontem pelo líder da coligação, Victor Cruz, perante mais de 700 jorgenses que participaram num jantar-comício de apoio à sua candidatura a Presidente do Governo Regional.

Victor Cruz comprometeu-se a ajudar desta forma um “sector essencial” para o futuro de S. Jorge, “ao contrário do governo regional do PS que há quatro anos criou enormes expectativas que não conseguiu concretizar minimamente”. Pior do que isso, prosseguiu, “levou as cooperativas a endividarem-se com base no aval pessoal dos seus directores”. Ou seja, “em vez de resolver um problema, criou um problema ainda maior”, concluiu.

A situação financeira das cooperativas agrícolas foi apontada pelo líder social democrata como “mais um triste exemplo” da governação socialista relativamente a S. Jorge, “uma ilha onde o Governo Regional prometeu e não concretizou investimentos de 24 milhões de euros inscritos nos planos dos últimos anos”. E acrescentou: “Felizmente as autarquias social-democratas estão a desenvolver um esforço tremendo para realizar em S. Jorge o que o governo devia fazer e não faz”.

Também nesta ilha o presidente do PSD identifica “exemplos inadmissíveis de discriminação partidária”, ao constatar que existem municípios socialistas nos



Açores que recebem mais de 740% de apoio do governo do PS do que as autarquias jorgenses. “O nosso projecto político para os Açores é um projecto de cooperação e de solidariedade”, explicou Victor Cruz, porque “falta um Governo Regional que dê a mão às autarquias para ajudar a aumentar o investimento público”.

«Não haverá qualquer discriminação de funcionários públicos»

Para o líder social-democrata, a própria “Coligação Açores” é a prova de que “nós somos capazes de pensar mais na nossa terra do que em nós próprios, ao contrário do governo socialista que só consegue olhar para o seu umbigo”. “No nosso projecto político todos têm lugar desde que venham por bem”, porque “está na hora de acabar com a perseguição de pessoas e a discriminação de entidades”. “Connosco não haverá um único funcionário público discriminado ou perseguido”, garantiu Victor Cruz.

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional manifestou a determinação da coligação em criar igualdade de oportunidades para os açorianos em todas as ilhas, “desde logo junto das novas gerações que devem ser incentivadas a trabalhar pelo futuro da sua própria terra”. “O PS esqueceu-se de boa parte das nossas ilhas e agora pretende convencer-nos de que faria no futuro



Notícias dos Açores (Continuação)

Victor Cruz quer melhorar os incentivos de carácter regional às pequenas e médias empresas

o que não quis ou não soube fazer, nas duas oportunidades que já teve”, afirmou.

Victor Cruz aproveitou ainda para reafirmar a intenção do futuro Governo da “Coligação Açores” de implementar Sociedades de Desenvolvimento nas diferentes ilhas açorianas, capazes de dinamizar o investimento local. O candidato assegurou que a Ilha de S. Jorge terá a sua própria Sociedade de Desenvolvimento, numa conjugação de esforços entre o Governo Regional, as autarquias locais e os agentes económicos.

No jantar-comício da “Coligação Açores” realizado no Centro Social dos Biscoitos, envolvendo a participação de militantes e simpatizantes social democratas e populares de toda a Ilha de S. Jorge, usaram também da palavra Alvarino Pinheiro, e o candidato açoriano da coligação nacional “Força Portugal” ao Parlamento Europeu, Duarte Freitas.

Necessidade de revisão dos actuais sistemas de incentivos regionais

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional, Victor Cruz, defendeu a necessidade de rever os actuais sistemas de incentivos regionais, com o objectivo de promover a modernização, a competitividade e a produtividade das nossas Pequenas e Médias Empresas (PME).

No final da sua visita à Zona Empresarial dos Valados, em Ponta Delgada, onde funcionam cerca de 70 estabelecimentos de comércio e indústria, o líder da coligação anunciou que a reforma do sistema de incentivos regionais de apoio às PME “será pautada por regras que agilizem os procedimentos processuais, garantam a transparência e o rigor, promovam a competitividade, a modernidade e o crescimento económico”.

Recordando que o tecido empresarial dos Açores é essencialmente constituído por PME, Victor Cruz considerou que “esta característica marcante da nossa economia não pode deixar de merecer a nossa atenção”.

“É uma realidade que está directamente associada à promoção de emprego, à qualidade de vida e à coesão social”, prosseguiu, para concluir que “a promoção de emprego só é sustentável num quadro de competitividade económica”.

Para o líder social-democrata, os actuais sistemas de incentivos regionais às PME “têm demonstrado insuficiências que, se não provocam o estrangulamento financeiro dessas empresas, pelo menos contribuem com condições de fragilidade que têm consequências ao nível da respectiva produtividade e competitividade”.

“Felizmente que o recurso aos sistemas nacionais de incentivos, com cumprimento dos necessários requisitos, têm possibilitado a algumas PME promoverem projectos de maior dimensão”, acrescentou.

Nos seus contactos com empresários de diferentes ramos do comércio e da indústria, Victor Cruz declarou ainda que a estratégia política que a “Coligação Açores” defende para a dinamização e diversificação da base da nossa economia regional “vê nas PME um eixo de oportunidade para a criação de riqueza com base no investimento privado”.

A visita à Zona Empresarial dos Valados decorreu no âmbito dos contactos que o líder regional da coligação tem vindo a desenvolver com os agentes económicos das diferentes ilhas açorianas. Victor Cruz fez-se acompanhar de dirigentes regionais e locais, nomeadamente, José Manuel Bolieiro, Humberto Melo, Manuel Arruda, Alberto Leça, Jorge Macedo, José da Costa Melo e Frederico Sampaio.

«PS com trabalho de casa sobre a Europa, muito mal feito»



Também o candidato às Europeias, Duarte Freitas, lançou diversas questões aos jorgenses presentes no jantar-comício da coligação: “Que resultado positivo teve para os Açores o fogo de vista do actual eurodeputado Paulo Casaca em questões fundamentais como a quota leiteira ou as milhas de pesca, quando preferiu remeter-se ao silêncio perante a incapacidade negocial dos governos socialistas?”.

“Herdamos dos governos PS um trabalho de casa mal feito, com a cumplicidade do deputado Paulo Casaca”.

Duarte Freitas garantiu que a coligação “Força Portugal” vai “defender os Açores no Parlamento Europeu sem guerrilhas que nos dividem em vez de reforçar”. “Com o actual e o futuro governo da República e com o futuro governo da região, tudo farei para que os Açores tenham mais quota leiteira e consigam recuperar as 200 milhas de pesca”, assegurou.

O jantar-comício contou ainda com duas mensagens políticas dos líderes da coligação da Ilha de S. Jorge. Mark Marques lamentou que “30 anos depois do 25 de Abril ainda hoje tenha havido pessoas - funcionários públicos - impossibilitadas de participar neste evento por terem recebido recados das suas chefias”; e Luís Silveira considerou que a “Coligação Açores” está “cada vez mais forte para ganhar e trabalhar em conjunto”.

Outros dirigentes regionais da coligação, como António Almeida, Luís Henrique Sequeira de Medeiros, Paulo Gusmão e Rui Meireles, marcaram presença na grande confraternização, que contou com a animada participação das filarmónicas “Recreio de S. Lázaro”, do Norte Pequeno, e “Recreio dos Lavradores”, de Santo Antão. Presentes no Centro Social dos Biscoitos estiveram também os presidentes das Câmaras Municipais de Velas e Calheta, António Silveira

e Duarte Silveira.

Governo Regional sem Política de Saúde

A coligação “Açores”, que tem feito uma extensa e aprofundada análise dos problemas açorianos, tendo emitido comunicados sobre alguns desses assuntos. Um dos últimos, ligado à problemática da saúde, no que respeita ao acesso aos serviços pelos cidadãos e lido em conferência de Imprensa por José Manuel Bolieiro



Notícias dos Açores (Conclusão)

«O PS, em matéria europeia não fez o “trabalho de casa” nas quotas leiteiras e pescas»

e Paulo Gusmão, afirma-se:

Todos têm direito à protecção de saúde. Esta é uma exigência de civilização e um direito constitucional. Só os açorianos, no que diz respeito ao acesso ao Serviço Nacional de Saúde, não têm garantido esse direito.

No entanto, o Secretário Regional dos Assuntos Sociais brinca com um assunto sério, falta à verdade, engana os açorianos e tenta passar para outros a responsabilidade que é sua e do seu governo. Por incompetência do Governo socialista, os açorianos são os únicos cidadãos portugueses que não têm cartão de utente que lhes dê acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

O cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde foi criado em 1995, com carácter facultativo. Três anos mais tarde, em 1998, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores adaptou à Região a legislação que criaria o cartão de utente do Serviço Regional de Saúde, mas tal nunca passou do papel.

Já então, devido à não existência do referido cartão, os açorianos, quando deslocados no Continente, encontravam algumas dificuldades, mas estas agravaram-se a partir de 2000, ano em que o cartão de utente passou a ser de apresentação obrigatória nos serviços públicos de saúde ou nos serviços com eles convencionados.

Nos Açores, só em 2002 se determinou que o cartão de utente do serviço regional de saúde teria de ser compatível com o sistema e o cartão do serviço nacional de saúde. Até hoje, o Governo Regional dos Açores nunca criou o cartão de utente do serviço regional de saúde e é por essa razão, e só por essa razão, que os açorianos continuam a ter dificuldades no acesso aos serviços de saúde no continente.

O único responsável por essas dificuldades é o Governo Regional dos Açores, que, por incompetência e negligência, tem impedido que os açorianos beneficiem dos cuidados de saúde a que têm direito.

O Governo Regional dos Açores não foi capaz de resolver esta questão, apesar do Ministério da Saúde ter disponibilizado e configurado um servidor que se destina ao Serviço Regional de Saúde dos Açores e que ligaria a Região ao sistema informático nacional, acabando assim com a situação de clandestinidade a que o Governo Regional dos Açores tem remetido os açorianos em matéria de cuidados de Saúde.

A questão do acesso dos açorianos ao Serviço Nacional de Saúde tem sido uma preocupação do Líder da “Coligação Açores”, Dr. Victor Cruz.

Ora, sucede que o Governo da República já manifestou o seu mais vivo empenho em contribuir para a resolução da questão, e é neste sentido que o Dr. Durão Barroso disse, na “Convenção do Futuro”, que equipararia os utentes do Serviço Regional de Saúde aos do Serviço Nacional, mas tudo continua na mesma por incúria do Governo Regional dos Açores que se obstina em não criar um cartão de utente compatível com o cartão nacional, apesar do Ministério da Saúde já ter disponibilizado o equipamento informático para a ligação do Serviço Regional de Saúde ao Serviço Nacional.

Ora, sem que o Governo Regional instale o sistema informático compatível e já disponibilizado pelo Ministério da Saúde, sem que o Governo Regional crie o cartão de utente, sem que o Governo Regional manifeste ao Governo da República a sua vontade de aderir ao sistema nacional e sem que o Governo Regional estabeleça com o Ministério da Saúde o respectivo protocolo de adesão, os açorianos não-de continuar a ser vítimas do seu próprio Governo Regional!

Exigimos, quer do Governo Regional, quer do Governo da República, o entendimento e a definição sobre os meios e o prazo para a urgente resolução desta situação de injustiça. Os açorianos pagam pela incompetência do Governo Regional e pelas brigas com o Governo da República.

Este problema não existe com os madeirenses. Existe apenas com os açorianos. É inaceitável. O acesso dos madeirenses ao Serviço Nacional de Saúde está assegurado há muito tempo, exactamente porque o Governo da Região Autónoma estabeleceu

com o Governo da República um protocolo de adesão ao Serviço Nacional de Saúde e criou um cartão de utente do serviço regional de saúde da Madeira compatível com o nacional.

O cartão só terá validade em todo o território nacional se for, tal como a legislação exige, compatível com o sistema nacional de saúde. E, para isso, o Secretário Regional dos Assuntos Sociais deve deixar de falar e mostrar trabalho feito, antes da sua anunciada saída.

Coisa bem diferente são as dívidas do Serviço Regional de Saúde ao Serviço nacional de Saúde, questão que não se confunde com a da criação do cartão de utente. Está na hora de resolver este assunto.

Está na hora de pensar nos açorianos. Está na hora de mudar de atitude.

Victor Cruz na Feira Regional de Formação Profissional: uma aposta na promoção do Emprego

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional reafirmou no dia 28, a sua “aposta estratégica na dinamização de políticas estruturais sustentáveis” que promovam o emprego na Região. Victor Cruz considerou que “as oportunidades de emprego são essenciais ao bem-estar social e à dignificação da pessoa humana”, que “o desenvolvimento económico promove o exercício do direito ao trabalho” e que “a qualificação dos recursos humanos fomenta a produtividade e a criação de riqueza”.

No final da sua visita à Feira Regional de Formação Profissional, em Ponta Delgada, o líder da coligação atribuiu a “maior importância” à qualificação dos recursos humanos, defendendo um “reforço do investimento estratégico” nas diferentes componentes da formação profissional. Na sua opinião, as escolas de formação profissional existentes nos diversos concelhos dos Açores, com destaque natural para a Escola de Formação Profissional de Capelas, devem ser “devidamente valorizadas” na perspectiva da preparação qualificada das novas gerações açorianas.

Victor Cruz manifestou-se preocupado com a taxa de actividade da Região Autónoma dos Açores, que se situa nos meros 54,4%. “Estamos muito longe dos ambicionados 70% que a União Europeia lançou como objectivo a atingir no espaço comunitário até 2010”, acrescentou. O candidato a Presidente do Governo recordou igualmente que as mulheres açorianas têm encontrado “sérias dificuldades” de acesso ao mercado de trabalho. Hoje, nos Açores, entre as mulheres que se encontram em idade activa, apenas 38,6% tem um emprego, valor que se situa “muito longe” da média nacional de 54%.

O líder da “Coligação Açores” concluiu que “necessitamos de oportunidades de emprego para as mulheres em idade activa, mas também para aqueles que, tendo concluído com esforço e êxito o seu plano de estudos de escolaridade obrigatória ou cursos de formação profissional equivalentes, vêm frustradas as expectativas de obter uma situação de primeiro emprego”. Por isso, “é urgente dinamizarem-se políticas económicas que promovam o emprego, a modernidade e o crescimento da Região”.

Na sua visita à Feira Regional de Formação Profissional, Victor Cruz fez-se acompanhar pelos presidentes das Câmaras Municipais de Ponta Delgada e Ribeira Grande, Berta Cabral e António Pedro Costa, e diversos representantes do PSD e do CDS-PP, nomeadamente, José Manuel Bolieiro, Humberto Melo, António Almeida, Manuel Arruda, Paulo Gusmão e Frederico Sampaio, entre outros. – **Gabinete de Imprensa da Coligação**





Debate mensal do Primeiro-Ministro no Parlamento

A investigação, a inovação e o desenvolvimento tecnológico motores do desenvolvimento

O habitual debate do Primeiro-Ministro na Assembleia da República realizou-se no dia 26 de Maio e o tema escolhido foi a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, talvez uma área de que dependerá, no próximo futuro, a consolidação da retoma e o desenvolvimento sustentado de Portugal, permitindo-nos ombrear com os melhores da Europa e garantir os grandes objectivos a que o Governo se propõe.

Como habitualmente, a oposição recusou-se quase liminarmente a aceitar o desafio da discussão séria destes assuntos e resolveu desviar-se do tema proposto, para fazer as habituais críticas a outros assuntos, assumindo muitas vezes um tom violento e usando por vezes terminologia altamente ofensiva e que não cabe, certamente, na medida do debate parlamentar, que pode e deve ser vivo e por vezes duro, mas não pode descambar na insinuação gratuita, no ataque pessoal e no insulto.

Também como de costume, o Primeiro-Ministro não virou a cara a toda e qualquer forma de ataque e rebateu as pretensões de alguma oposição, de desvirtuar estas ocasiões mensais, nas quais Durão barroso continua a dar lições de respeito pela instituição parlamentar e pela democracia, mantendo a promessa do início da legislatura, de comparecer todos os meses ante os eleitos do Povo, para prestação de contas da governação de Portugal.

O chefe do Governo abriu o debate, afirmando: «Senhor Presidente, senhores Deputados: o conhecimento é a primeira alavanca para o desenvolvimento. A criação e a transmissão do conhecimento são fundamentais para a inovação, o crescimento económico sustentado e a melhoria do bem-estar colectivo.

«Apostar na investigação, no desenvolvimento tecnológico e na inovação é contribuir decisivamente para uma economia mais produtiva e competitiva. Foi esta a filosofia que presidiu à aprovação da chamada “Estratégia de Lisboa”.

«É um grande desafio. Um desafio ao nosso engenho e à nossa visão estratégica. Um desafio que também Portugal quer enfrentar e vencer. No nosso caso – especialmente no nosso caso – trata-se de investir no mais importante activo estratégico de que o País dispõe – os nossos recursos humanos.

«Este é o investimento do futuro.



Um investimento que a todos convoca – ao Estado e aos cidadãos, às escolas e às empresas, aos investigadores e cientistas, aos agentes económicos, sociais e culturais.

«É este o caminho que pode permitir a um País com recursos limitados como Portugal competir, com sucesso, à escala europeia e mundial. É esta a razão que leva o Governo a fazer o maior investimento alguma vez realizado em Portugal no domínio da ciência, da investigação e da inovação.

«Queremos vencer este desafio e ganhar esta competição. Com determinação, confiança e espírito de ambição.

«Senhor Presidente, senhores Deputados: na sequência do Conselho de Ministros extraordinário de Óbidos, no princípio deste ano, o Governo conferiu ao investimento em ciência, investigação e inovação uma prioridade particular.

«Daí o Plano de Acção em Ciência e Inovação até 2010 que foi aprovado. É um plano ambicioso mas exequível. É um plano estruturado em 4 grandes eixos:

Primeiro: aumentar o investimento público em investigação, desenvolvimento e inovação;

Segundo: incentivar o investimento privado;

Terceiro: aumentar os recursos humanos qualificados, com particular ênfase nas ciências e tecnologias;

Quarto: promover o emprego científico.

«O primeiro eixo é um desafio directo à maior e mais exigente intervenção do Estado. Daí a opção feita em matéria de reprogramação de fundos comunitários. Daí a afectação a esta área de mais de mil milhões de Euros – mais de 200 milhões de contos – só nos anos de 2004, 2005 e 2006.

«Em consequência deste esforço financeiro foi já possível avaliar o programa de reequipamento científico – o que não sucedia desde 1992 – abrir um concurso de bolsas e de projectos, atribuir um financiamento complementar às unidades de investigação.

Investimentos sem

precedentes nas áreas da investigação e formação científicas

«As relações entre a ciência e as empresas, sobretudo através dos Programas Nest e Ideia, foram fortalecidas. Centenas de projectos de investigação em consórcio, foram aprovadas.

«Foi lançada a Biblioteca Científica “online”. É um investimento sem precedentes. Um investimento que permite a consulta a artigos de mais de 3500 Revistas científicas por parte de toda a comunidade universitária. Trata-se de abrir uma nova janela para o mundo do conhecimento e dessa forma promover um decisivo incremento de produção científica nacional.

«Não basta, todavia, investir mais. É necessário investir melhor.

«Daí a aprovação, em concertação com a comunidade científica, do novo modelo de financiamento do Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação. É este reforço do financiamento que vai permitir duplicar o investimento das unidades de investigação, a aprovação de projectos científicos com os laboratórios do Estado, empresas, autarquias e hospitais, projectos para a internacionalização, projectos mobilizadores em áreas estratégicas tais como a segurança, as comunidades sustentáveis e as regiões do conhecimento.

«Estamos, desta forma, a promover a excelência, a transferência do saber para a sociedade e a produção científica nacional.

«Estamos, deste modo, a fazer uma nova aposta estratégica – uma forte mobilização nacional na ciência e na investigação.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, o investimento do Estado é essencial. Mas o investimento por parte da iniciativa privada não é menos importante.

«É esta a filosofia do 2º eixo deste Programa Nacional – sensibilizar a iniciativa privada a investir mais em investigação e desenvolvimento. É uma aposta urgente. Por isso, não perdemos tempo. O Mecenato científico está aprovado. A reserva fiscal para investimento está decidida. Outras medidas, como a promoção de oficinas de transferência de tecnologia e

Debate mensal do Primeiro-Ministro no Parlamento

Promover o Emprego dos Jovens

conhecimento para a sociedade foram já anunciadas.

«Todos estes instrumentos de acção são particularmente relevantes: para incentivar a procura tecnológica junto do tecido empresarial, para estimular as empresas a investirem na sua capacidade de inovação, para significar aos empresários que, pelo investimento em investigação e desenvolvimento, passa a melhoria da nossa competitividade à escala internacional.

«Este é um desafio de modernidade. Um desafio que não oferece alternativa. Um desafio que não podemos perder.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, aumentar a dimensão da comunidade científica nacional é o objectivo essencial do terceiro eixo deste Programa Nacional.

«Temos de investir mais em capital humano, nas áreas da ciência e das tecnologias. Queremos aumentar em 5000, até 2006, o número de investigadores.

«Para tanto serão concedidas, no período 2004 a 2006, 5 mil bolsas para mestrado e doutoramento, incluindo a realização de doutoramentos em meio empresarial. E temos, sobretudo, de atrair ainda mais os jovens para as áreas das ciências e tecnologias.

«Por isso, até 2006, vamos investir cerca de 40 milhões de Euros em divulgação científica junto dos jovens; e vamos avançar com uma campanha de promoção da matemática e da física, de forma a incentivar os jovens a prosseguirem os estudos nestas áreas.

«Investir na juventude e apostar na ciência e na tecnologia é ganhar o futuro. Deste espírito ganhador, desta ambição de futuro, não podemos nem vamos abdicar.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, promover o emprego científico é o objectivo do eixo 4 deste Programa Nacional. Um objectivo de capital importância.

«As intenções são claras: Já estamos a apoiar – e vamos reforçar – a inserção de mestres e doutores nas empresas – é uma mais valia para o nosso tecido produtivo.

«Vamos conceder bolsas que conduzam jovens licenciados, mestres e doutores à sua integração na função pública – é uma aposta no rejuvenescimento e na modernização da nossa Administração Pública;

«Já estamos a ministrar, através do INA, cursos de formação avançada para licenciados com fraca empregabilidade e vamos apoiar com bolsas esses formandos – é um



investimento na formação e no emprego;

Prioridade à cultura do mérito e da excelência, ao incremento do emprego científico

«Vamos atribuir bolsas para licenciados, mestres e doutores que criem as suas próprias empresas – é um incentivo à auto-promoção empresarial;

«Vamos financiar novos Laboratórios Associados que promovam o emprego de jovens doutorados.

«Fica assim clara a nossa prioridade à cultura do mérito e da excelência, ao incremento do emprego científico, à intensificação da relação da ciência com o mundo empresarial.

«Uma prioridade especialíssima atribuo à capacidade que temos de ter para atrair a Portugal os investigadores portugueses radicados no estrangeiro ou investigadores de outras nacionalidades.

«Por isso, vamos lançar um programa – o Programa Damião de Góis – para jovens cientistas radicados no estrangeiro que pretendam regressar ao nosso País. É uma oportunidade que não podemos desperdiçar. Tal como vamos aprovar um programa nacional de fomento da mobilidade científica – o Programa Pedro Nunes.

O nosso próprio Erasmus. É uma inovação de particular importância. É assim que se pode e deve caminhar.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, todas estas medidas se enquadram num Programa Nacional claro e coerente. Todas elas visam concretizar uma nova estratégia e um novo projecto mobilizador para Portugal.

«A Ciência, a Investigação e a Inovação passam a fazer parte integrante da agenda política nacional. Não é uma nova moda. É, sim, um novo desafio. Um momento de viragem.

«O alargamento da União Europeia, a era da globalização e as exigências da competitividade reclamam uma economia baseada no conhecimento e na inovação.

«Este é o tempo de nos unirmos em torno deste desígnio. Um tempo de maior motivação para os nossos cientistas e investigadores. Um tempo de maior mobilização por parte dos nossos empresários e investidores. Um tempo de maior envolvimento das nossas Universidades, Politécnicos e demais institutos de investigação.

«A todos deixo este desafio. Um desafio ao nosso espírito de risco, de criatividade e de ambição. Um desafio à nossa capacidade e à nossa coragem.

Um desafio que temos de vencer. Em prol de um melhor futuro para todos os Portugueses.

«Um desafio travado, como sempre, em nome de Portugal!!!»

Seguiram-se as intervenções, em primeiro lugar do líder do principal partido da oposição, e depois, por ordem, os restantes partidos, com réplica e tréplica. Terminada a primeira ronda, houve mais duas rondas de perguntas e respostas, mas desta vez só com intervenção e resposta do chefe do Governo.

Como dissemos, as intervenções da oposição fugiram ao tema do debate, repescando temas do foro partidário, colhidos dos trabalhos do XXV Congresso do PSD e tentando arrastar o debate, nomeadamente pelos partidos de extrema-esquerda, para aspectos de violência verbal, a que o Parlamento não está habituado e que chegaram a levar o Presidente da Assembleia, Mota Amaral, a chamar a atenção, com certa aspereza, aos prevaricadores, que tiveram resposta dura mas correcta, de Durão Barroso, que foi aplaudido, de pé, pelas bancadas da Maioria.

- Fonte: Portal do Governo.
Fotos: Lusa, José Relvas.



Miguel Relvas na Assembleia da República

Reflexões sobre o XXV Congresso do PSD em Oliveira de Azemeis.

«...Acima de tudo, Congresso de

Confiança»

Na sua primeira intervenção na Assembleia da República, como Deputado, após a saída do Ministério do Ambiente e a sua nomeação como Secretário Geral do PSD, Miguel Relvas teve oportunidade de, dirigindo-se à Câmara, fazer uma intervenção política sobre o XXV Congresso do PSD, que se desenrolou em Oliveira de Azemeis, no fim do mês passado.

Disse Miguel Relvas: «Senhor Presidente. Senhoras e senhores Deputados, no passado fim de semana, o PSD realizou o seu XXV Congresso /,,,/ com objectivos muito claros:

Proceder a uma reflexão livre e aberta sobre o caminho percorrido nos últimos dois anos;

Perspectivar o futuro e preparar o Partido para os importantes desafios que nos tempos mais próximos, vamos enfrentar.

«Tratou-se de um Congresso importante e oportuno, um Congresso em que se debateram ideias, se fizeram reflexões, se apontaram caminhos.

«Um Congresso que firmou a unidade do Partido, em torno dos seus objectivos estratégicos, em torno do

Governo e do projecto de mudança que está em marcha. Mas acima de tudo, um Congresso de confiança. Confiança em Portugal: é este o espírito que nos anima, a vontade que nos mobiliza. Confiança no líder do Partido, na sua equipa e na forma como vem conduzindo os destinos do País. (...)

«Mas este não foi apenas o Congresso da Confiança: foi também o Congresso da Diferença, da diferença entre o PSD e a oposição. Do lado do PSD vemos o exemplo da moderação e do sentido de responsabilidade. Da parte da oposição, a crítica destrutiva e a ausência de alternativas. Do lado do PSD, a aposta na capacidade e na vontade dos portugueses. Da parte da oposição, o derrotismo e a descrença. Do lado do PSD, a firmeza das convicções. Da parte da oposição, a lógica das conveniências e o mero oportunismo político.

«Do lado do PSD, a aposta num projecto político de futuro, assente numa coligação coerente e sólida, que garante estabilidade e horizontes presentes e futuros de desenvolvimento. Da parte da oposição, um amontoado de opiniões. Um emaranhado de lugares comuns, uma federação de críticas e perversidade, sem um projecto, sem uma solução, sem uma ideia para Portugal.

«Por tudo isto, este foi um Congresso com História, com Sentido e com VALOR! (...) Um Congresso com Sentido: para nós, a esperança no futuro é sempre mais importante que qualquer nostalgia do passado, porque o passado nos orgulha e nos dá credibilidade, mas é o futuro que nos garante a mobilização de todos os portugueses.

«Um Congresso com Valor: o valor da estabilidade e da segurança, o valor dos princípios e dos ideais, o valor das convicções e dos desafios, o valor da aposta num Portugal mais rico, mais justo e mais culto.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados: deste Congresso saiu uma estratégia vencedora e uma forte determinação na vitória. Desde logo a aposta na vitória nas duas próximas eleições: as europeias e as regionais. Estamos nestas eleições para ganhar.

«Nas eleições para o Parlamento Europeu, a diferença é abissal: de um lado uma lista credível, experiente e competente em matéria europeia; do lado do PS, uma lista de ex-ministros que, tacticamente, conjunturalmente, ocasionalmente, querem sair de Portugal à espera de melhores dias e de melhor liderança no Partido Socialista

«De um lado, como cabeça-de-lista, o Professor João de Deus Pinheiro, um dos portugueses com maior competência, credibilidade e conhecimento das matérias comunitárias. Do lado do PS, um homem, o Prof. Sousa Franco, que ajudou, com a sua irresponsabilidade política, a destruir o prestígio e a credibilidade de Portugal na Europa.

«Nas eleições regionais, a determinação na vitória não é menos forte, bem pelo



contrário. Na região Autónoma da Madeira, Alberto João Jardim pode ser criticado por alguns, mas tem obra feita e obra notável. Por isso é respeitado, apoiado e admirado, pela esmagadora maioria dos madeirenses.

«Na Região Autónoma dos Açores. Victor Cruz é o exemplo do político moderno e do futuro. Um homem sério, de princípios e de convicções, um político jovem mas experiente, uma pessoa capaz de defender com intransigência os interesses açorianos.

«Em nenhuma destas eleições está em causa o Governo de Portugal. Mas o interesse de Portugal – que é sempre mais importante que o interesse de qualquer Governo – sairá fortalecido com as vitórias do PSD ou das coligações que o PSD lidera. Uma vez mais é Portugal – apenas Portugal – a razão de ser do nosso esforço, do nosso projecto e da nossa acção.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, neste Congresso foi ainda unânime e claro o apoio ao Governo de Portugal. Sabemos que estamos a atravessar um momento

difícil. Mas é nos momentos difíceis que se põe à prova a qualidade e a coragem dos governantes.

«Sabemos que acabámos de viver uma crise grave. Uma crise herdada e importante, mas também sabemos que o tempo que estamos a viver já é um tempo de recuperação, já passou o tempo da recessão.

«Sabemos que a retoma leva algum tempo até chegar e ser sentida no bolso dos portugueses. Mas hoje já ninguém tem dúvidas – como se vê pelo incómodo da oposição com a retoma – que o pior já passou e que os portugueses vão ter direito a um tempo novo de prosperidade, desenvolvimento e bem-estar.

«Sabemos que reformar é mais difícil que adiar, que anestesiar é mais fácil de que governar. Mas é reformando que os problemas se resolvem e é governando, com coragem e decisão, que Portugal vai para a frente. Sabemos que há desemprego a combater e poder de compra das famílias a melhorar. É para isso que trabalhamos. E por isso o desemprego já começou lentamente a baixar, vai baixar mais nos próximos tempos e os portugueses, a começar pelos funcionários públicos, já vão sentir em 2005, uma melhoria do poder de compra dos seus salários e das suas pensões.

«Sabemos que devemos dar mais esperança aos jovens e maior solidariedade aos idosos, É para isso que governamos. Queremos uma juventude mais exigente e com melhores oportunidades. Queremos uma educação que seja ferramenta para o emprego e não um passaporte para o desemprego. E vamos, até 2006, com a equiparação das pensões ao salário mínimo nacional, fazer o que outros prometeram mas não fizeram: Dar mais dignidade e solidariedade a mais de um milhão de reformados que legitimamente anseiam por melhor justiça social. Daí a nossa atitude, de ambição. Portugal está farto de pensar pequeno, Portugal precisa de ambição.

«Uma atitude de confiança. Portugal está farto de lamúria e de resignação, precisa de acreditar em si próprio, nas suas capacidades e no seu futuro. Uma atitude com visão estratégica. Estamos a trabalhar com afinco no presente. Mas estamos sobretudo a preparar um futuro de prosperidade, solidez e segurança.

«Uma atitude de responsabilidade. Estamos no Poder para o exercer democraticamente, na base de uma ideia e de um projecto, nunca para o ocupar com ostentação ou para o exercer de forma autoritária ou arrogante.

«Uma atitude com sentido nacional. Trinta anos depois é o exemplo de Sá Carneiro que nos orienta e motiva. Com Sá Carneiro aprendemos um ideal, com Durão Barroso o continuamos a praticar – o ideal do País, a primazia de Portugal, a aposta nos portugueses». – Fonte: Gab. Press. Grupo Parlamentar/PSD



DISTRITO DE BRAGANÇA

“Aproximar ainda mais as regiões interiores à Europa, aos centros de decisão, com o apoio incondicional dos seus eleitos ao Parlamento Europeu”, esta a mensagem do Prof. Dr. João de Deus Pinheiro, principal candidato da coligação Força Portugal para as próximas Eleições Europeias, durante o dia de campanha de ontem, terça-feira, dia 24 de Maio, que percorreu o distrito de Bragança.

O segundo dia de campanha, depois da visita à Guarda, levou a comitiva a Macedo de Cavaleiros para um almoço com autarcas, a Mirandela onde ex-Comissário Europeu João de Deus Pinheiro foi convidado a percorrer a Feira do Livro e a Reginorde, a feira industrial da Região do Nordeste.

No encerramento da jornada de ontem, o Prof. Dr. João de Deus Pinheiro



num encontro com as bases de Bragança chamou a atenção para o curto espaço de tempo disponível para, durante esta campanha, explicar aos portugueses o descalabro financeiro orquestrado pelos socialistas.

“Vai ser muito difícil, em tão curto espaço de tempo, esclarecer os portugueses do esforço que temos vindo a fazer, que o Governo, que suporta esta coligação Força Portugal, tem vindo a fazer para recuperar o País do “buraco” financeiro fruto de seis anos de governação socialista liderada, no plano da economia e finanças, por Sousa Franco”.



E reforçando, de uma forma simples, “o “buraco” financeiro socialista impediu, só para se ter uma ideia, que se construíssem, por exemplo, duas A23 ou mesmo cinco Pontes Vasco da Gama por ano”.

DISTRITO DE VILA REAL

É com a história de “A Cigarra e a Formiga” que o cabeça de lista da “Força Portugal”, o Prof. Dr. João de Deus Pinheiro, tem procurado explicar aos seus eleitores o descalabro em que o País se encontrava quando os partidos suportam esta coligação, PSD e PP, para as Eleições Europeias do



dia 13 de Junho.

“Enquanto países com a Espanha e a Irlanda, entre outros, aproveitaram a baixa da taxa de juro, já em tempo de moeda única, para diminuírem a sua dívida pública, preparando-se como a formiga para as dificuldades do futuro, o Portugal de Guterres e Sousa Franco fizeram como a cigarra e desperdiçaram tamanha oportunidade hipotecando o futuro de todos nós”, referiu João de Deus Pinheiro no almoço-comício de hoje dia 26, em Vila Pouca de Aguiar.



Às centenas de apoiantes que o ovacionaram, muitos deles pequenos agricultores, o ex-Comissário Europeu lembrou que o seu “futuro passa, mais de nunca, pela Europa e pelo Parlamento Europeu pois, pela primeira vez, a Comunidade Europeia vai ter uma política de Desenvolvimento Rural, com um grande volume de fundos para o apoio à agricultura de minifúndio, (adaptável) bem característica das regiões do norte e centro de Portugal.



Temos, por isso, de lutar todos em conjunto deixando de parte cores partidárias, e digo todos, dos agricultores, às Associações, às Universidades, aos eurodeputados eleitos, para que possamos aproveitar esse dinheiro que vai premiar projectos que visam mais a qualidade do que a quantidade no respeito do Ambiente, no combate à desertificação e na promoção de actividades complementares como o Turismo Rural”.

E em jeito de conclusão, o líder da Força Portugal reforçou a ideia da disponibilidade total de todos os eleitos da sua lista para o atendimento permanente a todos quantos necessitarem do seu apoio em Bruxelas ou em Estrasburgo, “nunca se esqueçam, lá estaremos, sempre, para vos servir, para defender os vossos interesses, os interesses de Portugal. Mas, para isso, é necessário que nos dêem a vossa confiança no dia 13 de Junho”.

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

A reunião da comissão de trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo com o Prof. Dr. João de Deus Pinheiro, o cabeça de lista da Coligação Força Portugal para as Eleições Europeias do próximo dia 13 de



Junho, foi um dos grandes momentos da jornada de hoje da volta de campanha no distrito de Viana do Castelo.

Os representantes dos trabalhadores do maior centro de emprego do Minho foram surpreendidos com a disponibilidade evidenciada pelos candidatos da Coligação Força Portugal no esclarecimento de várias questões sociais que podem ter acolhimento em estâncias europeias.

João de Deus Pinheiro, com base na sua imensa experiência como Comissário Europeu, sublinhou “a vantagem de nos unirmos, trabalhadores,

administração, Governo e eurodeputados para, em conjunto, se apresentarem à Europa propostas de financiamento. Só em conjunto e de uma forma muito objectiva e profissional teremos possibilidade de alcançar verbas europeias que nos permitam qualificar os nossos trabalhadores e ganhar competitividade”.

Conforme referiu o líder da Coligação Força Portugal, “o investimento seguro é no Conhecimento, Inovação e Novas Tecnologias”. Nesse âmbito, é fundamental um activo e crescente envolvimento do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, instituição de Ensino Superior hoje dotada de valências de ensino, formação e investigação cruciais na sociedade do conhecimento que se anuncia.



DISTRITO DE CASTELO BRANCO

“Já estamos a criar emprego. Depois do descalabro socialista, e conforme o referiu o Ministro Bagão Felix, esta semana no Parlamento, os sinais de recuperação já começaram a surgir. O esforço que o Governo pediu aos portugueses nestes últimos dois anos já está a dar os seus frutos”, disse João de Deus Pinheiro, o cabeça de lista da coligação Força Portugal, aos muitos que o escutaram hoje em Castelo Branco e Fronteira.

Em Fronteira, no distrito de Portalegre, o prof. Dr. João de Deus Pinheiro foi recebido, num almoço-convívio na Praia Fluvial da Ribeira Grande, por muitos apoiantes liderados por Leonor Bezeza e Matos Rosa.

Na circunstância, o líder da Força Portugal, sugestionado por aquela





excelente estrutura de lazer à beira-rio, afirmou que “a vida internacional é como uma corrida de barcos a remo. Todas as equipas querem, desde logo, o melhor timoneiro, e nós tivemos-lo: Cavaco Silva. Um timoneiro que sempre acreditou que podíamos lutar pelos lugares da frente. Conseguimos e tornamo-nos um exemplo para muitos e, em particular, para os candidatos à adesão à União Europeia. Depois tivemos outro timoneiro que não soube aproveitar o balanço anterior e deixou que o barco começasse a meter água. Sem soluções, sem coragem, abandonou o barco, barco que, não fosse um

conjugar-se com as políticas de desenvolvimento rural que se anunciam para os próximos quadros comunitários de apoio” – disse hoje João de Deus Pinheiro, o líder da coligação Força Portugal, durante a visita à Barragem do Alqueva, uma das paragens da volta de campanha pelos distritos de Évora e Beja.



novo timoneiro com novos remadores, teria afundado de vez”.

Um discurso proferido após a intervenção da deputada social democrata, eleita por Portalegre, Leonor Beza que sublinhou a importância do acto eleitoral de 13 de Junho para o seu “distrito de adopção” e para o País, e destacou a enorme qualidade e experiência da lista de candidatos da

João de Deus Pinheiro, reforçando a sua tese, afirmou que “a criação de emprego com base naqueles dois aspectos pode ser enorme. Basta recordar que por cada cama hoteleira se cria um emprego directo e dois indirectos”.

O cabeça de lista da coligação Força Portugal considerou que “o Alqueva se apresenta assim como fonte importante de emprego no Alentejo. Criação de emprego que é hoje a grande prioridade das políticas económicas da coligação”.



coligação Força Portugal e, em especial, o nome de João de Deus Pinheiro.

DISTRITOS DE ÉVORA E BEJA

“São fundamentais os projectos estruturantes que permitam conjugar desenvolvimento sustentado e criação de emprego. O Alqueva pode, e deve, constituir-se como um dos principais motores dessa matéria, desde a plantação destinada à produção de etanol, como aditivo da gasolina, que pode encontrar nas margens do Alqueva um local privilegiado, ao desenvolvimento de projectos turísticos de qualidade que podem e devem





CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Carrazeda de Ansiães do PSD, para reunir no dia 5 de Julho de 2004, pelas 20h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão política de Secção;

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues, na sede concelhia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00 no dia 5 de Junho de 2004.

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Castelo de Paiva, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 9 de Julho de 2004, entre as 20h00 e as 23h00, no Edifício da ADEP (ex- Casa do Povo), sita no Parque das Tílias, freguesia de Sobrado, neste Concelho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

NOTA:

As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Assembleia de Secção, António de Almeida Esteves, ou a quem estatutariamente o possa substituir, no seu domicílio sito no lugar da Camosa, freguesia de Sobrado, até (três) dias antes do acto eleitoral.

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário Eleitoral da Secção da Mealhada do PSD, para reunir no dia 9 de Julho de 2004, sexta-feira, na sede do PSD, sita no Centro Comercial Jardim da Mealhada, das 21h00 às 23h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos órgãos concelhios do PSD Mealhada.

SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção B de Lisboa, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 8 de Junho de 2004, pelas 21h00, na sede da secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política- Eleições Europeias.

Nota:

Caso não se verifique Quorum a hora designada, a sessão terá início às 21h30 com qualquer número de presenças.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção, a reunir no próximo dia 11 de Junho de 2004, pelas 21h00, no Hotel Ofir, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. 30 anos do >PSD;
2. Situação Política Concelhia e Nacional;
3. Eleições Europeias.

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de secção de Santa Marata de Penaguião, para uma reunião Ordinária, a realizar no próximo dia 3 de Julho de 2004 (sábado), entre as 16h00 e as 20h00, na sede local do partido, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleições para a Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia para o biénio 2004/2006.

MAFRA

Convoca-se a Assembleia Concelhia de Mafra do PSD, para uma reunião ordinária a realizar-se no próximo dia 2 de Julho de 2004, pelas 21h00, ao abrigo do artigo 51º e da alínea c) do artigo 50º dos Estatutos, bem como do artigo 3º do regulamento Eleitoral do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação das contas referentes ao último período.
2. Apresentação das Candidaturas aos Órgãos da Secção.
3. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Concelhia de Mafra para biénio 2004-2006.



VILA do CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Vila do Conde da JSD, para o Plenário de Secção, a realizar no próximo dia 03 de Julho de 2004, pelas 20h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Praça da República, n.º 7, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Eleição dos Conselheiros Distritais.

NOTA:

a) As listas candidatas, deverão ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa ou na Sede do PSD de Vila do Conde, nos prazos definidos pelos Estatutos Nacionais da JSD.

B) As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

c) O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00 até às 23h00.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco um Plenário de Secção a realizar no próximo dia 02 de Julho de 2004, pelas 21h30, a decorrer nas instalações da Sede da Secção da JSD/Braga, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2ª, 2.º Dt.º, Sala 6, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD/ Braga;
- 3- Eleição da Comissão Política de Secção da JSD/ Braga;
- 4- Análise da Situação Política Local e Nacional.

NOTA:

1- A votação decorrerá entre as 22h00 e as 23h00 nas instalações da Sede da Secção da JSD/Braga;

2- As candidaturas terão de ser apresentadas por listas completas propostas por 5% dos militantes, até um máximo de 20 militantes, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.

3- As candidaturas deverão ser apresentadas nas instalações da Sede da Secção da JSD/Braga, até às 00h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e das disposições regulamentares aplicáveis, convoco o Plenário da Concelhia da JSD de Penafiel, para reunir no próximo dia 2 de Julho de 2004, Sábado pelas 18 horas, na Sede Concelhia de Penafiel, sita à Rua " O Penafidense ", n.º 9 – 1.º Dt.º, em Penafiel, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD de Penafiel;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário Concelhia da JSD de Penafiel.

NOTA:

·As listas candidatas aos pontos constantes da Ordem de Trabalhos, deverão ser constituídas nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD;

·As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto Eleitoral , na Sede Concelhia, sita à Rua " O Penafidense " , n.º 9 – 1.º Dt.º , em Penafiel, ou a quem, estatutariamente o possa substituir;

·A votação iniciar-se-á pelas 18 horas, sendo as urnas de voto encerrada às 19 horas.

ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção, para reunir no próximo dia 03 de Julho de 2004, pelas 20h30, na Sede da Secção do PSD de Abrantes, sita na Rua de S. Pedro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa do Plenário;
- Eleição da Comissão Política Concelhia;
- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital.

Nota: As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24h00 do dia 30 de Junho de 2004, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Abrantes.

As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 22h00.

LISBOA

Alteração da morada

Informação todos os conselheiros Distrital, que que o próximo Conselho Distrital realizar-se-á no Hotel Park Av. Luís Bivar, n.º 67 Lisboa



Mega festa da juventude em Lisboa

No passado sábado, dia 27 de Maio, a JSD organizou uma Grande Festa (à qual se associou a JP), para proceder ao lançamento da campanha europeia da Coligação Força Portugal.

A festa teve lugar em Lisboa, nas docas, e juntou cerca de 700 jovens de todo o País num recinto erigido especialmente para o efeito.

Jorge Nuno Sá, Pedro Duarte e João de Deus Pinheiro foram os principais intervenientes da noite, tendo o nosso cabeça-de-lista demonstrado muita vivacidade a toda a prova.

A JSD puxou por João de Deus Pinheiro que correspondeu sempre muito animado e contagiado pelo colorido da festa organizada pela JSD.



JSD/Braga mobiliza-se nas europeias

Com o intuito de melhor coordenar as iniciativas da JSD no Distrito de Braga, e informar os seus militantes das acções agendadas, a CPD criou o endereço europeias2004@sapo.pt

Recomendamos que se faça uso desta valência para informar e ser-se informado.

No Porto

JSD debate autarquias

No passado dia 8 de Maio, decorreu uma Convenção de Autarcas, organizada pelas Concelhias do Porto da JSD e da JP.

Da ordem de trabalhos constava a discussão sobre o papel dos jovens autarcas nas Assembleias de Freguesia, entre outros.

Segundo os organizadores, a troca de impressões foi bastante produtiva, sendo de salientar os seguintes pontos:

- necessidade de reunir militantes de ambas as estruturas que possam vir a ser indicados para órgãos autárquicos nas eleições do próximo ano, para receber informação sobre a organização e funcionamento de tais órgãos e sobre o papel que se espera dos jovens autarcas;
- diferenças entre estar na oposição ou no poder nos órgãos autárquicos;
- discussão sobre Juntas de Freguesia e suas competências;
- discussão sobre os pontos fortes e menos fortes da actual situação.

Dar Força a Portugal!

O actual momento político exige de nós o máximo empenho e todo o optimismo de que formos capazes!

No governo de Portugal está uma coligação que tudo fez para restaurar a credibilidade nacional que seis anos de socialismo arruinaram!

É fundamental não deitar por terra esse extraordinário trabalho. É importantíssimo que o nosso empenho tenha consequência junto de instituições europeias de elevado grau de exigência.

Como se consegue essa continuidade? Escolhendo para o Parlamento Europeu os melhores representantes dos portugueses.

Mas não só: damos mais força à voz de Portugal se impedirmos que se inverta o caminho que já foi percorrido. É que nada impeçilha mais o andamento de um barco do que a existência de braços desnorteados que remam em sentido inverso... – urge votar naqueles que remarão no mesmo sentido do Governo da Coligação!

Mas para isso não basta apenas que cumpramos o nosso dever de cidadania: sendo a maior e mais importante juventude partidária do País, devemos ser os primeiros a lutar contra o pendor abstencionista que impera, sobretudo, na nossa geração.

Atendendo à generosidade e insuperabilidade do empenho da JSD, estou certo de que seremos de novo a mola que vai motivar e mobilizar toda a família laranja e a Coligação em geral.

Seguro da vitória, aqui ficam as minhas cordiais saudações
Paulo Colaço
Director de Informação da JSD

Consulta estas e outras notícias em www.jsd.pt e em www.psd.pt (secção Povo Livre).

Continua a enviar as tuas notícias para paulocolaco@jsd.pt

Pedro Duarte na Secção H



A “Europa e o Futuro” foi o tema da conversa do Presidente da Mesa do Congresso com militantes e simpatizantes da JSD na sede da Secção H, em Lisboa.

Com efeito, Pedro Duarte – candidato da JSD ao Parlamento Europeu, debateu vários temas da actualidade europeia e nacional. Dos pontos abordados, particular destaque para os desafios que se colocam à Europa de hoje, pistas para o papel de Portugal nesta Europa alargada e o contexto das Eleições Europeias no panorama nacional.

A acção foi muito participada, demonstrando o empenho da JSD nestas europeias.

Exposição de merchandising” da JSD/Aveiro

O 25º Congresso Nacional do PSD - realizado nos dias 21, 22 e 23 de Maio, em Oliveira de Azeméis, foi aproveitado pela distrital da JSD de Aveiro para inaugurar uma exposição de “merchandising”, fotografias, filmes e materiais de campanha sobre os 30 anos do partido.

Esta acção contou com as presenças ilustres de Manuel Ferreira Leite, Marques Mendes, Hermínio Loureiro, Leonor Beleza, Maria da Graça Carvalho, entre outros.

Na sessão de encerramento da iniciativa esteve re-candidata ao PE, Regina Bastos.

Autarcas da JSD debatem Europa

O Hotel Turismo, em Braga, foi o palco de uma reunião do candidato da Força Portugal, **Eng. José Manuel Fernandes, com autarcas da JSD e PSD do concelho de Braga.**

Esta sessão, realizada no pretérito domingo, serviu para ouvir as opiniões dos representantes municipais e de freguesia e assim poder levar até ao Parlamento Europeu os anseios das pessoas que trabalham junto das populações.

Secção de Santarém lança “Polígrafo”

“O Polígrafo” é o nome da nova revista de reflexão política da JSD concelhia de Santarém.

Neste primeiro número, a edição conta com textos dos Eurodeputados Carlos Coelho e Vasco Graça Moura (acerca da “constituição” europeia) e de Miguel Relvas, Secretário-Geral do PSD, sobre as novas centralidades do pós reorganização administrativa.

A opinião acerca do concelho de Santarém e do distrito são dadas por dirigentes do PSD: Vasco Cunha e António Oliveira entre outros.

A CPS disponibilizará esta primeira edição em formato digital, em www.jsdsantarem.web.pt

AGENDA DOS CANDIDATOS DA JSD

Os candidatos da JSD ao Parlamento Europeu, integrados na lista Força Portugal (Pedro Duarte e Ana Zita Gomes), não têm parado nos últimos dias.

O Pedro Duarte tem percorrido vários distritos em acções organizadas pela JSD de todo o País (debates, visitas temáticas, campanha de rua, etc), enquanto que a Secretária-Geral da JSD tem estado integrada na volta nacional do Prof. João de Deus Pinheiro, contactando com a JSD de todo o País, acompanhada do Presidente da CPN, Jorge Nuno Sá.

Os programas das duas caras da JSD estão em www.jsd.pt e em www.forportugal.net

Iniciativas da CPD/Santarém na campanha europeia

Independentemente de outras acções que venham a ser agendadas, segue-se o programa em vigor da campanha europeia da JSD/Santarém:

05-06-2004/sab.
15.00
Hotel Corinthia/ Santarém
Colóquio Sobre a Europa

05-06-2004/sab.
22.00
Bar Telles/ Fátima
Festa Força Portugal

06-06-2004/dom
16.00
Feira Agricultura/Santarém
Visita à Feira da Agricultura

11-06-2004/6.ª Feira
23.00
Discoteca Via In/Santarém
Festa de encerramento da
campanha

Chissano em Lisboa com Durão Barroso



No início da sua viagem a diversas capitais da Europa, o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi recebido no princípio do mês passado pelo Primeiro-Ministro português, tendo também ambos participado na sessão de abertura do seminário “África século XXI” que decorreu no centro cultural de Belém, no âmbito das comemorações do dia de África previstas para todo o mês de Maio na capital portuguesa.

“A Europa não pode conhecer estabilidade sem que em África também se verifique o mesmo”, referiu Chissano, na ocasião.

Durão Barroso também sublinhou este aspecto, afirmando que a Europa “deve demonstrar o seu compromisso com o desenvolvimento africano”, porque “a estabilidade meridional da Europa depende da estabilidade de África”.

O chefe de governo reiterou que o continente africano pode contar com o apoio do governo português para promover o diálogo com a Europa, missão que considera “mais do que um dever ético, uma questão estratégica”. – **Fonte: Lusa. Foto, Inácio Rosa**

Primeiro-Ministro espanhol visitou Lisboa



“A luta contra o terrorismo internacional é, em primeiro lugar, uma cooperação entre países, no âmbito dos serviços de segurança, justiça e polícias”, declarou Zapatero, nas declarações à Imprensa após a audiência em São Bento.

Durão Barroso considerou necessário combater o terrorismo internacional com “firmeza e determinação”, embora sem limitar as liberdades dos cidadãos.

José Luís Zapatero, afirmou também que Madrid apoiará uma eventual candidatura de António Vitorino à presidência da Comissão Europeia. “Tenho a melhor opinião de Vitorino. Conheço-o bastante bem e parece-me uma pessoa com capacidade para desempenhar qualquer função. Espanha vê com muito bons olhos uma candidatura sua”, disse.

Durão Barroso, por seu turno, anunciou que a próxima cimeira luso-espanhola irá realizar-se em Outubro, em Santiago de Compostela. “Estamos de acordo em relançar e desenvolver todos os compromissos assumidos anteriormente. Será uma cimeira de trabalho intensa e uma prova de que as nossas relações vão acelerar”, declarou o Primeiro-Ministro.

- **Fonte: Lusa- foto: Inácio Rosa**

José Luís Arnaut viaja em transportes públicos: «Mais rápido e mais barato!»

O Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut, destacou hoje as vantagens da viagem de comboio e autocarro que há dias efectuou entre Lisboa e o Estádio Cidade de Coimbra, onde decorreu o jogo particular de futebol Portugal-Suécia.

Em declarações aos jornalistas à saída do autocarro dos Serviços de Transportes Urbanos de Coimbra, que o transportou entre a estação de Coimbra-B e o recinto do jogo, José Luís Arnaut sublinhou a “comodidade e rapidez” dos transportes públicos.

“Foram duas horas e 20 minutos de Santa Apolónia, em Lisboa, até aqui, por 26 euros. É difícil vir mais depressa e mais barato”, acrescentou o Ministro que tutela o Euro-2004.

O Ministro-Adjunto, acompanhado pelo Ministro da Administração Interna. Inspeccionou alguns dos dispositivos de segurança para o Euro-2004, incluindo equipamentos novos de que dispõem as forças de segurança

- **Fonte: Lusa- foto: José Relvas**

